



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, em relação à notícia que a Venezuela estaria usando o Brasil em fraude de US\$ 1 bilhão de dólares no petróleo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, e após deliberação desta comissão, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, quanto à notícia que a Venezuela estaria usando o Brasil em fraude de US\$ 1 bilhão de dólares no petróleo.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- O Ministério de Minas e Energia tem conhecimento prévio ou posterior das denúncias de uso do território brasileiro, inclusive de infraestrutura logística e portuária, na triangulação de petróleo venezuelano com origem falsificada?*
- 2- O MME está monitorando, por meio da ANP (Agência Nacional do Petróleo) ou outras instituições vinculadas, possíveis operações irregulares de transbordo e comercialização de petróleo em águas jurisdicionais brasileiras ou em terminais portuários nacionais?*
- 3- Quais medidas estão sendo adotadas pelo MME para apurar o eventual envolvimento de empresas sediadas no Brasil no rebatismo de petróleo venezuelano?*





4- Há indícios de que navios com bandeira brasileira ou operando em portos nacionais estejam envolvidos em manobras de “spoofing” e transferência irregular de carga?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro de Minas e Energia entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

As recentes denúncias envolvendo o uso do território brasileiro como plataforma para mascarar a origem de petróleo venezuelano acendem um alerta grave para a soberania, a imagem internacional e a integridade institucional do Brasil.

Segundo notícia amplamente repercutida por veículos da imprensa nacional¹, empresas estariam fraudando a origem de embarques de petróleo da Venezuela — país alvo de sanções internacionais — com o objetivo de burlá-las e facilitar a entrada do produto no mercado global, especialmente na China.

A operação, estimada em mais de US\$ 1 bilhão, envolveria práticas sofisticadas como a adulteração de sinais de localização (spoofing) e transferência de carga entre navios em alto-mar, fazendo com que o petróleo venezuelano fosse falsamente rotulado como se tivesse origem brasileira. Isso não apenas compromete a legalidade do comércio exterior, como pode associar o Brasil a práticas ilegais de triangulação comercial e evasão de sanções — com sérias consequências diplomáticas, econômicas e reputacionais.

É extremamente preocupante que o nome do Brasil esteja sendo associado, ainda que indiretamente, a esquemas de dissimulação geopolítica envolvendo recursos estratégicos e regimes sob sanção internacional. O uso

¹ <https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/venezuela-estaria-usando-o-brasil-em-fraude-de-us-1-bi-no-petroleo/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

indevido da bandeira, dos portos e das águas jurisdicionais brasileiras, caso confirmado, pode configurar não apenas fraude comercial, mas também violação de compromissos internacionais assumidos pelo país, colocando em xeque sua credibilidade junto a parceiros estratégicos e organismos multilaterais.

Diante da gravidade dos fatos, é urgente que o governo federal, por meio dos ministérios competentes — em especial o Ministério de Minas e Energia, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa — atue de forma coordenada, transparente e firme. É essencial identificar responsabilidades, reforçar os mecanismos de fiscalização marítima e portuária, e impedir que o Brasil seja convertido, na prática, em território neutro para práticas ilícitas de comércio internacional.

Mais do que um escândalo comercial, este caso expõe vulnerabilidades que afetam diretamente a soberania nacional e o papel do Brasil como ator responsável no cenário global. É preciso agir com celeridade e responsabilidade — pois, em tempos de crise geopolítica e vigilância internacional, a omissão também tem um preço.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

